

**Japão Logística S.A.**

CNPJ nº 03.726.905/0001-31

**Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)  
**Relatório da Diretoria**

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 29 de abril de 2025. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais		
	2024	2023
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>11.354</b>	<b>11.685</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.617	5.825
Dividendos a receber	5.737	5.860
<b>Não Circulante</b>	<b>49.819</b>	<b>43.906</b>
Impostos a recuperar	845	669
Investimentos em coligadas	48.974	43.237
<b>Total do Ativo</b>	<b>61.173</b>	<b>55.591</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
<b>Circulante</b>	<b>5.799</b>	<b>5.976</b>
Contas a pagar	12	2
Obrigações com partes relacionadas	20	20
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	5.760	5.947
Outras obrigações	7	7
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>55.374</b>	<b>49.615</b>
Capital social	3.166	3.166
Reserva legal	633	633
Reserva de lucros	48.821	42.955
Ajustes de avaliação patrimonial	2.754	2.861
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>61.173</b>	<b>55.591</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional:** A Japão Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres de importação e exportação em centro logístico industrial aduaneiro no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1). **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R\$). **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>3.166</b>	<b>633</b>	<b>36.933</b>	<b>2.969</b>	<b>43.701</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	11.894	-	11.894
Dividendos pagos de exercício anterior	-	-	(33)	-	(33)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.947)	-	(5.947)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	108	(108)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>3.166</b>	<b>633</b>	<b>42.955</b>	<b>2.861</b>	<b>49.615</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	11.519	-	11.519
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.760)	-	(5.760)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	107	(107)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>3.166</b>	<b>633</b>	<b>48.821</b>	<b>2.754</b>	<b>55.374</b>

Demonstrações do Resultado		
	2024	2023
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>11.474</b>	<b>11.721</b>
<b>Despesas/ Receitas Operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(518)	(528)
Resultado financeiro, líquido	577	736
<b>Lucro Operacional antes do IR e da CS</b>	<b>11.533</b>	<b>11.929</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(14)</b>	<b>(35)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11.519</b>	<b>11.894</b>
<b>Lucro Líquido p/Ação (Básico e Diluído)-R\$</b>	<b>1,86</b>	<b>1,92</b>

Demonstrações do Resultado Abrangente		
	2024	2023
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11.519</b>	<b>11.894</b>
Outros resultados abrangentes	107	108
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>11.626</b>	<b>12.002</b>

do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, e é provável que uma saída de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e não vigentes.**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2024	2023
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	11.519	11.894
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(11.474)	(11.721)
Variação nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(176)	(79)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	10	3
Obrigações com partes relacionadas	-	1
Outras obrigações	-	1
Caixa usado nas operações, antes dos dividendos recebidos	(121)	99
Dividendos recebidos	5.860	11.179
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.739	11.278
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Dividendos pagos	(5.947)	(11.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.947)	(11.200)
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(208)</b>	<b>78</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.825	5.747
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.617	5.825
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(208)</b>	<b>78</b>

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Afetam a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Indica que apenas covenants a serem cumpridos até ou no final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Isso é válido mesmo que o cumprimento do covenant seja avaliado após essa data
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda, e requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.
Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acrescentam dever de divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.
Alterações ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acrescenta acordos de financiamento a fornecedores dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da Entidade à concentração do risco de liquidez.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração; e melhoria em requisitos de agregação e desagregação de informações. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao CPC 02 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Conversibilidade	Especificam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Capital Social:** O capital social é representado por 6.208.211 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 3.166. A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, nos termos da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da Companhia não prevê o dividendo obrigatório, sendo, portanto, reconhecido 50% do lucro líquido ajustado, podendo esse ser distribuído em percentual inferior ao estipulado mediante deliberação da Assembleia Geral.  
**Lucro por ação:**

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	11.519	11.894
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	6.208	6.208
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,86	1,92

Shunsuke Mochizuki - Diretor-Presidente Eduardo Yoshimitsu Hidaka - Contador - CRC 1 SP 219788/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>